



GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL: A APA DO DELTA DO PARNAÍBA.

Wellington Romão **OLIVEIRA**

Doutorando em Geografia (PPG – UFC)

Departamento de Geografia

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4446275E3>

E-mail: wellromao@hotmail.com

Edson Vicente da **SILVA**

Professor Titular DG/UFC

Departamento de Geografia

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781406J0>

E-mail: cacau@ufc.br

RESUMO: A Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba é uma unidade de conservação (UC) federal, que possui uma porção marítima e outra continental, englobando os municípios de Barroquinha e Chaval, no estado do Ceará; Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí; e de Araiões, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no estado do Maranhão. As APAs são áreas geralmente extensas, com um elevado grau de ocupação humana apresentando atributos bióticos, abióticos, estéticos e culturais importantes ao bem estar da população. Nesse contexto, faz-se necessário analisar as atividades turísticas na APA do Delta do Parnaíba, um ambiente protegido que sofre diversas intervenções a partir do turismo. A maior parte das UCs do Brasil não possui um plano de manejo, instrumento de gestão e planejamento onde são definidas as diretrizes, medidas e intervenções dentro das mesmas. Os planos de manejo, além de direcionar a manutenção e preservação existentes na área, devem garantir também a proteção dos recursos naturais que são usados pelas populações tradicionais, além de viabilizar a inclusão social e a Educação Ambiental nesses espaços.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Turismo. Delta do Parnaíba. Sustentabilidade.

GEOGRAPHY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PRACTICE OF SUSTAINABLE TOURISM: the APA Delta of Parnaíba.

ABSTRACT: The APA of *Parnaíba* Delta is a unit of federal conservation, which has a sea portion and the other continental, encompassing the municipalities of *Barroquinha* and *Chaval*, in the state of *Ceará*; *Cajueiro da Praia*, *Luís Correia*, *Parnaíba* e *Ilha Grande*, in *Piauí*; and *Araioses*, *Água Doce*, *Tutóia*, and *Paulino Neves*, in the state of *Maranhão*. The APAS are usually extensive, with a high degree of human occupation presenting biotic attributes, abiotic, important aesthetic and cultural well-being of the population. In this context, it is necessary to analyze the tourist activities in APA of *Parnaíba* Delta, a protected environment suffering various interventions from tourism. Most UCs of Brazil does not have a management plan, management tool and planning where the guidelines are set, measures and interventions within it. The management plans, as well as direct the existing maintenance and preservation in the area, should also ensure the protection of natural resources that are used by traditional populations, as well as providing social inclusion and environmental education in the these spaces.

Keywords: Environmental Education. Tourism. *Parnaíba* Delta. Sustainability.

GEOGRAFÍA Y EDUCACIÓN AMBIENTAL EM LA PRÁTICA DE TURISMO SOSTENIBLE: la APA Delta del Parnaíba.

RESUMEN: La APA de *Parnaíba* Delta es una unidad de conservación federal, tiene una parte marítima y la otra continental, que abarca los municipios de *Barroquinha* y *Chaval*, en el estado de *Ceará*; *Cajueiro da Praia*, *Luís Correia*, *Parnaíba* e *Ilha Grande*, en *Piauí*; y *Araioses*, *Água Doce*, *Tutóia* e *Paulino Neves*, en el estado de *Maranhão*. Las APAs suelen ser grandes áreas con um alto grado de ocupación humana que presenta atributos bióticos, abióticos, estético y cultural importante el bienestar de la población. En este contexto, es necesario analizar las actividades turísticas en APA Delta del *Parnaíba*, un entorno protegido de sufrir varias intervenciones del turismo. La mayor parte de las áreas protegidas de Brasil no tiene un plan de gestión, herramienta de gestión y planificación, donde se establecen las directrices, medidas e intevecciones dentro de ellos. Los planes de gestión, así como dirigir el mantenimiento y conservación existentes en la zona, también deben garantizar la protección de los recursos naturales que son utilizados por las poblaciones tradicionales, así como proporcionar la inclusión social y la educación ambiental en estos espacios.

Palabras claves: Educación Ambiental. Turismo. Delta del *Parnaíba*. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que perpassa o simples ato de viajar. Constitui-se em grandes movimentações de bens, serviços e pessoas, envolvendo diversos perfis da sociedade, que interessa aos pesquisadores por sua complexidade e abrangência socioambiental.

Diante disso, a presença da atividade acaba criando expectativas, influenciando e provocando transformações no cotidiano das comunidades e pessoas que acabam por sofrer as consequências sociais, culturais e econômicas, trazidas pelo turismo.

Praticado nas UCs, o Ecoturismo é uma alternativa que busca conciliar conservação, Educação Ambiental e “benefícios” às comunidades receptoras. Entretanto, o que se tem observado é que as atividades do ecoturismo são controversas, estando, em sua maioria, a mercê da lógica do mercado do turismo. Ainda assim, o Ecoturismo é visto como um segmento capaz de elaborar novas percepções, que se trabalhadas podem se converter em mudanças de atitudes.

A partir da década de 1980, observa-se uma maior preocupação com a preservação da biodiversidade do planeta. O modelo de desenvolvimento vigente degrada, polui, extermina, torna a natureza mercadoria e depois busca soluções, nem sempre possíveis para compensar os danos ambientais sofridos. Nesse contexto, surgem diferentes movimentos sociais, que passam a exigir mudanças nas condições cotidianas no comportamento da sociedade. Estes movimentos acabam por “servir de base ao movimento ecológico, que criticava principalmente o modo ao qual a indústria da época utilizava os recursos naturais” (CASTRO *et al.* 2009).

Desde os primeiras conferências sobre o meio ambiente, como a de Estocolmo, em 1972, muito se falou sobre Educação Ambiental, ganhando força com as novas conferências e documentos, promovidas a partir da década de 1980. Observa-se que muito se escreveu sobre Educação Ambiental, mas pouco se tem avançado no sentido de elaborar novas atividades ou técnicas que pudessem ser aplicadas nos setores formais e informais da educação.

No entanto, quando se fala de educação, mais especificamente da forma como ela se institucionalizou na sociedade, conforme Neiman (2008 apud CAPRA, 1995, p. 35), as ações pedagógicas são atreladas à concepção cartesiana ou bidimensional da natureza, que fomenta o distanciamento da sociedade ao meio natural, o que levou à uma concepção mecanicista.

Apesar desse tipo de pensamento e de visão cartesiana, novas visões têm se estabelecido nas ciências. Visões estas que apontam para uma análise integrada, que considere os múltiplos aspectos. Definido por Edgar Morin, o termo “complexidade” cira a necessidade de argumentação a partir de premissas. A limitação em compreender a complexidade estaria nos limites dos pesquisadores (MORIN, 1996).

Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar as questões que permeiam o turismo na região da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, tomando como objeto de análise e discussões a sustentabilidade do turismo na área e fazendo proposições, tendo a Educação Ambiental como principal meio de fomentar um turismo com bases sustentáveis na área.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA

No Brasil, as primeiras leis que buscam a regulação, ou gerenciamento de áreas protegidas datam do início da década de 1930 (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). Os códigos de Caça e Pesca, Florestal e o das Águas são exemplos notáveis desse período, e marcos importantes para esboçar a base do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Falando especificamente de UCs, no Brasil, as unidades federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ainda segundo o Instituto, o país hoje possui 320 UCs federais. Criadas por decreto presidencial ou Lei, essas unidades dividem-se em dois grandes grupos, segundo BRASIL (2000):

As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, a saber: a) unidades de proteção integral, cujo objetivo é a preservação da natureza (art. 7º, I, § 1º), como tal entendido o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (art. 2º, V); b) unidades de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos (art. 7º, II, § 2º). Por conservação da natureza, a lei conceitua “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (art. 2º, II).

Dentro da categoria de Uso Sustentável encontram-se as APAs, que podem ser estabelecidas em áreas de domínio público ou privado, pela União, estados ou municípios, não sendo necessária a desapropriação das terras. Entretanto, as atividades e usos são sujeitos à disciplinamentos específicos. As APAs são áreas geralmente extensas, com certo grau de ocupação humana, e que são dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, que têm sua importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (ICMBio, 2013).

No interior de uma APA podem existir outras UCs, isso ocorre com a APA do Delta do Parnaíba, que possui uma Reserva Extrativista (RESEX) sobreposta a parte da APA. Existe também uma UC estadual, a APA dos Pequenos Lençóis Maranhenses. Essa combinação de diversas unidades, juntamente com os

ambientes urbanos, permite a experimentação de técnicas e atitudes que busquem conciliar o uso e ocupação com o desenvolvimento sustentável dessas áreas.

A APA do Delta do Parnaíba é administrada pelo ICMBio. O instituto foi fundado em 2007, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O ICMBio executa ações do SNUC, podendo assim propor, implantar, gerir, fiscalizar, monitorar e proteger as UCs instituídas pela União. Cabe ainda a ele fomentar a execução de diversos programas de pesquisa, proteção, preservação, além de exercer o poder de polícia ambiental.

Vistas as atribuições e a extensão territorial da maior parte das UCs, observa-se várias dificuldades com relação a essa fiscalização e proteção que deve ser realizada por parte do ICMBio. Dificuldades de acesso, falta de fiscais e gestores nas unidades e conflitos com comunidades, empresários e interessados em utilizar, de alguma forma, essas áreas são recorrentes nas UCs brasileiras.

Uma grande fração das unidades de conservação no mundo representa os chamados “parques de papel” (LIMA; RIBEIRO; GONÇALVES, 2005). Isso diz respeito às unidades de conservação que não foram realmente implantadas, onde existe apenas um decreto de criação, delimitação de área, mas não há plano de manejo ou qualquer outra norma que estabeleça de fato a gestão adequada da UC.

Essa criação sem perspectiva de implantação real pode ocasionar diversos problemas, além de prejudicar a relação do órgão responsável pela unidade e a comunidade local, visto que as restrições serão impostas pelo órgão, sem que haja muitas vezes critérios ou participação das comunidades na construção da gestão, como deve acontecer na criação de um plano de manejo, especialmente em uma UC de uso sustentável, como é o caso das APAs.

O DELTA DO PARNAÍBA

Segundo Brasil (2011), a formação de deltas como o do Parnaíba é um fenômeno raro, ocorrendo também no rio Nilo, na África e Mekong, no Vietnã. A configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representam as barras de Tutóia, Caju, Melancieira, Canárias e Igarçu. O Piauí é o estado que mais explora turisticamente o delta, apesar da maior parte de sua superfície estar em território maranhense.

O delta é o que muitos chamam de “santuário ecológico”, com grande biodiversidade, com reservas de manguezais, campos de dunas, praias com flora e fauna bastante diversificadas, que servem de atrativo e essa beleza cênica é bastante procurada pelos visitantes (figura 01).

Figura 01 – A) Ilha dos Poldros no município de Araióses, Maranhão; B) Dunas, manguezais compõem a paisagem do município de Tutóia, Maranhão



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

A APA do Delta do Parnaíba (figura 02) é uma unidade de conservação costeira federal, que possui uma porção marítima e outra continental, englobando os municípios de Barroquinha e Chaval, no estado do Ceará; Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí; e de Araióses, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no estado do Maranhão. (ICMBio, 2016).

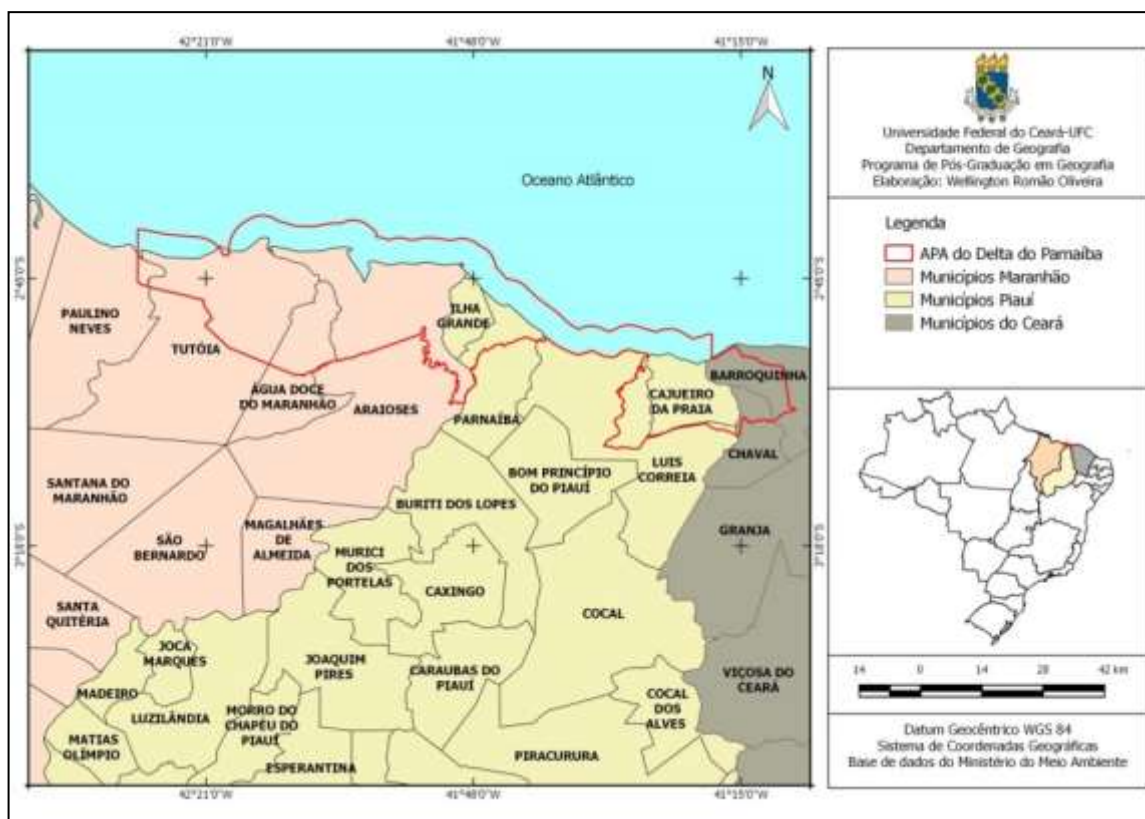
O trabalho em questão trata-se de um estudo que analisa as relações de contradição do e no lugar onde é praticada a atividade turística, as incoerências entre a legislação ambiental, específica dessa UC para uso e ocupação do solo. Identifica-se sérios reflexos em detrimento da preservação e conservação dos sistemas ambientais que estruturam a subsistência dos pescadores, marisqueiros, agricultores e moradores.

Tendo em vista esse objeto, delimitou-se uma região para efetuar a verificação empírica. Um lugar onde o turismo é uma atividade de relevância, havendo assim maior probabilidade de arranjos e articulações locais em torno dessa temática.

O TURISMO E O DELTA DO PARNAÍBA

A APA situa-se dentro da região chamada de Costa Norte, formada por doze municípios na zona litorânea dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Os seus eixos centrais para o turismo são o Parque Nacional de Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e o Parque Nacional de Lençóis Maranhenses. Essa região é designada pelas políticas públicas federais como “Costa Norte”, algumas vezes “Polo Costa Norte”; definido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como “Roteiro CEPIMA” (Ceará, Piauí e Maranhão); e pelo nome fantasia de “Rota das Emoções” em sua promoção comercial. (COSTA, 2009).

Figura 02 – Mapa de Localização da APA do Delta do Parnaíba e entorno.



Fonte: Base de dados do Ministério do Meio Ambiente. Elaborado pelos autores.

A área é contextualizada por uma série de fatores, algumas vezes antagônicos, entre eles: a pobreza, o dinamismo da atividade turística e a fragilidade ambiental, que a tornam especialmente fértil para análises de cunho socioambiental. Observa-se nessa região uma “preocupação” com sustentabilidade, em meio ao surgimento de um conjunto de conflitos e ações de cooperação. Essas ações acontecem tanto no âmbito do setor privado, quanto no seio do setor público. O crescimento da atividade turística tem ocasionado impactos socioambientais, sendo que a atividade demonstra um grande poder de degradação ambiental e cultural.

Na lógica de uma política nacional de turismo, ocorre o que afirma Becker (2001), onde se constata que algumas diretrizes desenvolvimentistas e ambientalistas se chocam, e a zona costeira é o palco desses conflitos. Observam-se instalação de políticas ambíguas, com discursos que não correspondem à prática. Ressalta-se também o que questiona Limonad (2007), que em nome do desenvolvimento local, geração de emprego e inserção de fluxos produtivos, vários municípios litorâneos e governos estaduais secundados pelo governo federal, abrem exceções à prática do turismo, o que vem acarretando alguns problemas. Os conflitos na sustentabilidade da natureza e da sociedade da região da APA do Parnaíba seguem as mesmas razões que ocorre em praticamente todo o litoral do Nordeste do Brasil, a expropriação de terras, a exploração da força de trabalho para a acumulação de capital.

Em relação à atividade turística, com o discurso ambiental tão difundido ao senso comum, os termos como “sustentável”, “ecológico” e “desenvolvimento” são utilizados para promover e atrair visitantes a

determinado lugar ou atrativo. Contudo, Cruz (2006) lembra que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Nem sempre o desenvolvimento econômico vem acompanhado de desenvolvimento social. Atreladas ao discurso da sustentabilidade, as políticas públicas federais incorporam o discurso com os programas de desenvolvimento do turismo, contemplando em alguns casos a criação de UCs.

Seabra (2009) mostra que, durante muito tempo, o turismo levou o rótulo de “indústria sem chaminés”, por alusão à inexistência de algum tipo de poluição ou degradação que decorresse da atividade.

A partir da análise da atividade no Delta do Parnaíba, pode-se constatar alguns problemas de ordem socioambiental. Dentre os mais evidentes, destacam-se: a ocupação da faixa praial, a degradação de ecossistemas, especialmente o ecossistema manguezal, e conflitos nas formas de uso das terras.

Apesar de ter na natureza o seu objeto de consumo, o ecoturismo requer uma infraestrutura de apoio, não da mesma forma que o turismo de massa, mas que impactará o ambiente de algum modo. Um caso bastante notável são construções inadequadas de infraestruturas de hospedagem e restauração (Figura 03).



Figura 03 - Restaurante construído na Ilha do Cajueiro, município de Tutóia – MA, em área de manguezal sendo destruído pelo avanço do mar.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Os impactos ambientais, decorrentes dessas intervenções no litoral acumulam-se nas unidades ambientais do litoral, como afirma Meireles (2005), alterando a qualidade das águas, interferindo na diversidade dos manguezais e, em consequência direta, atingindo de forma mais direta as comunidades tradicionais, que acabam tendo que se deslocar de seu lugar de origem ou buscar alternativas. Considerando que muitas comunidades não possuem ambientes sociais e culturais favoráveis ao turismo, algumas empresas de desenvolvimento turístico não tiveram outra saída senão investir na construção de uma forma de turismo segregado, que impeça ao turista conhecer de fato a realidade socioambiental do local de sua visita.

A divulgação do Nordeste como um atraente destino turístico, e a implantação da infraestrutura urbana nas capitais e em pontos-chaves do litoral, tem gerado crescente interesse de investidores internacionais em implantar empreendimentos turísticos em todo litoral. Entretanto, o diagnóstico socioeconômico dos estados nordestinos mostra que ainda persistem problemas sociais como pobreza, desemprego e deficiência estrutural nas áreas de saúde, educação e segurança, o que exige atenção especial das políticas públicas e privadas no que tange a ações integradas para o desenvolvimento turístico.

CONFLITOS NA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

Quando se fala em sustentabilidade, grande parte das pessoas acredita ser um conceito e uma problemática recente, que teria ligação com a “tomada de consciência” a partir das reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), no final da década de 1970. De acordo com Boff (2012), o conceito de sustentabilidade possui uma história de mais de quatrocentos anos, e se recapitula para o entendimento das questões atuais. O autor explica que a raiz de “sustentabilidade” e de “sustentar” vem da palavra latina *sustentare*. O autor comenta:

[...] o sentido positivo enfatiza o conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver, conservar-se sempre à mesma altura e conservar-se sempre bem. No dialeto ecológico isto significa: sustentabilidade representa os procedimentos que se tomam para permitir que um bioma se mantenha vivo, protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar bem e estar sempre à altura dos riscos que possam advir. Esta diligência implica que o bioma tenha condições não apenas de conservar-se assim como é, mas também que possa prosperar, fortalecer-se e coevoluir. (BOFF, 2012, p.32).

Expressão bastante utilizada, nas duas últimas décadas, o “desenvolvimento sustentável”, surge nas reuniões da ONU no final da década de 1980 e que dá ênfase à discussão no âmbito ecológico atualmente. Segundo Boff (2012), o “desenvolvimento sustentável” é proposto como um ideal a ser atingido, ou então, como um qualificativo de um processo de produção ou de determinado produto, que segue “critérios” de sustentabilidade, que não maioria dos casos não sai do papel.

No caso das empresas, por exemplo, fala-se muito sobre a sustentabilidade de uma empresa se ela se mantiver e crescer, mas não se leva em consideração os custos ambientais e sociais que ela venha a causar, os conceitos acabam por cair no senso comum.

Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva à conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Os temas ambientais ganham espaço nas discussões científicas e nos âmbitos político e social, surgindo uma nova ética do desenvolvimento que incorpora a qualidade ambiental e a inclusão social. É fundamentado nessa premissa que se compreende o Ecoturismo, como uma atividade que se materializa pela interação e experiencição do ambiente de forma sustentável. (BRASIL, 2008, p.15).

Das diferenças existentes, entre o turismo convencional e o ecoturismo, ressalta-se que, enquanto no turismo as pessoas apenas contemplam de longe o que conseguem ver, sem muita participação ativa, no ecoturismo existe movimento, ação e pessoas, na busca de experiências únicas e exclusivas, têm um contato muito mais próximo com a natureza. O ecoturismo ainda se diferencia por trabalhar informações e curiosidades relacionadas à natureza, aos costumes e a história local, o que acaba possibilitando uma integração mais educativa e envolvente com a região.

As transformações, a partir do desenvolvimento do turismo, muitas vezes ocorrem de forma rápida, como colocam Araújo e Moura (2007), sem que haja um controle local, por ausência de planejamento e gestão, como planos diretores, ou outro tipo de código que regulamente posturas municipais, em consequência da inobservância do poder público. Esse tipo de situação oferece uma abertura a construção de empreendimentos que vão desde pequenos estabelecidos informais até *mega resorts*. O desenvolvimento do turismo acaba gerando sérios impactos socioambientais, que são perspectiveis ao longo da zona costeira nordestina. Nesses modelos, as comunidades locais acabam sendo “reféns” do crescimento turístico.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SABER/APRENDER/FAZER

Afirma Leff (2003) que a crise ambiental é a crise do nosso tempo. Esta crise representa na verdade diversos limites, que vão além da crise ecológica, por ser um questionamento do pensamento e do entendimento. A partir dos questionamentos levantados por Santos (2008), observa-se o papel da educação pensada numa perspectiva complexa, capaz de permitir compreender e “conviver” com as novas mudanças e pensamentos.

Pensar na educação de forma mais ampla, e holística, nos remete a analisar de forma mais abrangente, sem que haja uma fragmentação, buscando a integração nas diferentes áreas do conhecimento, que se complementam, favorecendo a aprendizagem e obtendo assim um melhor resultado. A atividade turística tem uma estreita relação com a natureza, por isso para que os impactos dessa atividade sejam mínimos é de extrema importância a realização de projetos de Educação Ambiental, que possam ser desenvolvidos no âmbito formal e informal.

De acordo com a UNESCO (1987), a Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos,

habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. A necessidade em se proteger o meio ambiente é uma tarefa de todos os setores sociais, inclusive do poder público e dos agentes ligados ao turismo, nesse caso, que através de várias atitudes e projetos locais, ordenem as relações sociedade-natureza sobre o território, buscando minimizar os efeitos negativos dessa atividade econômica.

Destaca-se então, a importância de se pensar no papel da educação formal nesse processo, conduzindo para a evolução positiva, tanto para os empreendedores, como para a população receptora e turística, sem deterioração dos recursos naturais, sociais, históricos ou culturais. As intervenções podem ser iniciadas dentro dos muros escolares, gerando reflexões dos agentes da educação, com a proposição de consequentes programas que transcendam à escola e atinjam a comunidade como um todo.

O sentido primordial da educação ambiental é estabelecer processos práticos e reflexivos que levem a consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade, como afirma Loureiro (2004). Além da sustentabilidade em si, a justiça social e a preservação das formas de vida dessas populações também devem ser entendidos. Ainda segundo o autor é comum a prática da educação ambiental como forma de “aceitação” de padrões e modos culturais que são previamente estabelecidos como prioritários, não levando em consideração a realidade de cada ambiente e comunidade ali estabelecida.

Como nos afirma Rodriguez e Silva (2013), a Educação Ambiental surge com uma necessidade da própria sociedade, para evitar o seu próprio desaparecimento e de ultrapassar a crise ambiental contemporânea. Ela é sem dúvidas um elemento fundamental nessa superação, buscando uma mudança de paradigmas e valores, que possam atingir indivíduos nas diversas escalas.

A Educação Ambiental deve prover os meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interagem no tempo e no espaço para modelar o meio ambiente. Quando possível, o conhecimento em questão deveria ser adquirido através da observação, estudo e experimentações de ambientes específicos. Deve também definir os valores e motivações que conduzam a padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio ambiente (UNESCO, 1987).

Para que haja um processo educativo de conscientização turística, observa-se que primeiramente é necessária uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar, interagindo com todas as demais disciplinas. A Educação Ambiental tem relação com a realidade e adota a abordagem que considera os aspectos que compõem a questão ambiental, cultural, político e outros, sendo catalisadora de uma educação para a cidadania consciente, conduzindo a uma possível melhora do ambiente local/global e na qualidade da vida humana.

Com tudo isso, pode-se ver que existe o compromisso e uma íntima relação entre Turismo e Educação Ambiental, ou seja, para existir uma conscientização turística tem que haver a Educação

Ambiental. Dentro das próprias diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo o mesmo é considerado como um mecanismo de Educação Ambiental.

Algumas propostas seriam mais adequadas para a área, em especial aos setores que trabalham diretamente com o turismo. Atividades que fossem realizadas diretamente com empresários e visitantes seriam essenciais até como forma de analisar se de fato a atividade está sendo executada com o mínimo de impactos socioambientais, buscando melhorar também a percepção de natureza que é transmitida e essas pessoas. Isso é um ponto bastante interessante já que muitas vezes a Educação Ambiental no Ecoturismo é vista apenas como uma formalidade, uma série de normas e condutas a serem cumpridas pelos visitantes.

Existe a possibilidade de o turismo caminhar de fato junto ao componente educativo, a fim de proporcionar a conservação da natureza através das práticas da educação ambiental, como forma de contenção dos impactos negativos que possam ser ocasionados pela atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, percebe-se uma maior preocupação em relação às questões ambientais na escala global. Nesse aspecto, observa-se uma preocupação com relação às atividades turísticas ligadas aos ambientes naturais no Brasil.

Verifica-se na última década, com relação à região do Delta do Parnaíba, grandes investimentos no setor turístico. Porém, em algumas regiões não existe uma preocupação significativa com os ambientes naturais e com as comunidades tradicionais. Em alguns municípios, observa-se hoje, um quadro preocupante de turismo predatório e sem qualquer preocupação com o ambiente e com a população nativa.

Ao se pensar o Ecoturismo como alternativa econômica para uma região – que antes de tudo é entendida como um território – deve-se compreender esse segmento. Primeiramente, o ecoturismo surge como uma forma de promover e valorizar a conservação de recursos ambientais, turísticos e a conservação desses ambientes. A viabilidade, nesse caso, configura-se pela aptidão desse território em compreender e internalizar tal contexto.

Acredita-se que dessa forma, poderá existir um meio mais “equilibrado”, através da inserção de práticas educativas, valorizando o espaço, na perspectiva da comunidade local, dando evidência aos seus saberes e a sua tradição, enfatizando a importância das práticas de conservação através da Educação Ambiental. Espera-se que a Educação Ambiental possa ser efetivamente utilizada como um instrumento de gestão, não só no turismo, mas em várias esferas da organização da sociedade. A educação perpassa uma lista de condutas desejáveis, ou de algo que possa ser indesejável a uma população. Esta deve ser um processo permanente, buscando soluções para os problemas presentes e futuros.

A cooperação entre órgãos responsáveis pela fiscalização, tanto da atividade turística, quanto pela UC's existentes na área é de fundamental importância. Ações que possam ser desenvolvidas nas escolas,

associações comunitárias, juntamente com as comunidades tradicionais, turistas e moradores podem favorecer os aspectos do desenvolvimento de ações de educação ambiental na área, promovendo uma maior integração entre os atores locais e a realidade encontrada em cada município, comunidade ou área mais específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L. M.; MOURA, F. B. P. A Expansão do Turismo na Zona Costeira Nordestina: Crescimento Econômico, Degradação Ambiental e Erosão Cultural. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: Realidades, Conflitos e Resistências**. – Fortaleza: EdUECE, 2007.

BECKER, B. K. Políticas de Planejamento do Turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, UFRJ, Rio de Janeiro, n.1, p. 01-07, 2001.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de jul, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão de Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**/Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (Org.). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, H. A. **Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: Cooperação e Conflito de Micro e Pequenas Empresas no Roteiro Integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. 2009. 296 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, 2006.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília, 1994.

ICMBio. Unidades de Conservação. Apresenta informações sobre todas as unidades de conservação federais existentes no Brasil administradas pelo ICMBio. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em: 12 jan 2016.

LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Traduzido por Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

- LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v.29, n.4, p.647-653. Viçosa: 2005.
- LIMONAD, E. "Yes, Nós Temos Bananas!" Praias, Condomínios Fechados, Resorts e Problemas Socioambientais. **Revista GEOgraphia**, UFF, ano IX, n. 17, p. 63-88, 2007.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**/ Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA; v.7, n.1, p.37-50, jan/abr. Salvador: 2004.
- MEIRELES, A. J. A. Riscos sócio-ambientais ao longo da zona costeira. In: Simpósio SBPC-Sociedade Brasileira para o progresso da ciência. **Registros dos debates da 57º reunião anual**. Fortaleza: UECE, 2005.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MTUR. **Roteiros do Brasil 2011**. Brasília, 2011.
- NEIMAN, Z. Ecoturismo e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: a importância de experiência dirigida. In: COSTA, N. M. C; NEIMAN, Z; COSTA, V. C. **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008.
- RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios**. 3 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.
- SANTOS, E. C. **Transversalidade e Áreas Convencionais**. Manaus: Edições UEA/Editora Valer, 2008.
- SEABRA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- UNESCO. **Informe final da Conferência Geral da Unesco**. Paris, 1987